

FUNDAMENTOS SISTÊMICOS DA TEORIA REGIONAL

Systemic foundations of regional theory

Fundamentos sistêmicos de la teoría regional

DOI: [10.48075/igepec.v27i1.30586](https://doi.org/10.48075/igepec.v27i1.30586)

Fernando Cardoso Pedrão

FUNDAMENTOS SISTÊMICOS DA TEORIA REGIONAL

Systemic Foundations of Regional Theory

Fundamentos Sistêmicos de la Teoría Regional

Fernando Cardoso Pedrão

Resumo: Teoria e política regional estão em tensão pela revelação de deficiências dos sistemas convencionais para tratar com problemas espaciais próprios da formação social de países não centrais e que descobrem contradições dos mais avançados. A reconstrução dos estudos regionais em escala nacional é essencial para a atualização da análise econômica formal.

Palavras-chave: Teoria crítica; dinâmica regional; dimensão inter-regional

Abstract: *Regional theory and policy are in tension by the uncovering of deficiencies of conventional systems to deal with issues of the social formation of non-central countries that also hampers the central ones. A reconstruction of regional analysis at national scale is mandatory to up to date formal economic analysis.*

Key words : *Critical theory; regional dynamic; inter-regional dimension.*

Resumen: *La teoría y la política regionales están en tensión por la revelación de deficiencias de los sistemas convencionales para tratar con problemas propios de la formación social de los países no centrales, que descubren contradicciones de los más avanzados. La reconstrucción de los estudios regionales en escala nacional es esencial para la actualización de del análisis económico formal.*

Palabras llave: *Teoría crítica; dinámica regional; dimensión inter-regional*

INTRODUÇÃO

A perspectiva regional da teoria social veio a ser reconhecida como contraposição da simplificação inerente à macroeconomia abstrata e a análises setoriais positivistas de base empírica invariante. Voltou a ser marginalizada pela simplificação neoclássica e pela subordinação da análise econômica à análise financeira. Veio a ser parte dos estudos de desenvolvimento econômico, sempre como um colateral em conflito com a visão marginalista.

A cristalização de um campo de interesse na ciência social denominado de regional representou a concretude espaço-temporal de eventos que tenderam a modos de sistematização que se tornaram referências irreversíveis dos eventos em economia, antropologia e sociologia. A originalidade da tendência à formação de sistemas consiste na situação histórica dos sistemas irreprodutíveis. A segunda constatação consistiu em substituir uma excentricidade do campo regional por ser uma regra geral, quando se reconhece que todos os processos nacionais contêm processos regionais. A década de 1970 foi o momento em que essa substituição se operou, simultaneamente, no campo capitalista e no socialista. A visão regional deixa de depender das visões setoriais e funciona como aglutinadora dos setores em condições operacionais específicas.

A questão regional exprime o essencial da formação das sociedades latino-americanas no confronto entre as sociedades modernas, centrais e periféricas, e os Estados modernos, na formação de sociedades nacionais provindas de processos de colonização com crises de identidade consequentes de processos de dominação interna. Desde casos claros de oposição entre o nacional e o regional, como na Argentina, a modelos de hegemonização regional como no Brasil, a dimensão regional é um contraponto de Estados nacionais insuficientes mais que incompletos¹. A perspectiva regional reaparece na crise do projeto nacional entre uma direita truculenta e uma esquerda reativa em busca de identidade. O revigoramento da perspectiva regional superando sua coisificação analítica é parte de um movimento geral de revalorização da teoria econômica encolhida pelo positivismo marginalista.

A verdadeira crise de criatividade da teoria econômica, que gerou uma macroeconomia abstrata contaminada de uma visão microeconômica de empresas fictícias, se irradia aos alicerces de estudos regionais descritivos, quase paisagistas. O movimento de revalorização da perspectiva regional em economia, que teve início na frustração de políticas de desenvolvimento genéricas derivadas da macroeconomia marginalista, e da microeconomia falsamente analítica, é parte de um movimento de recomposição do fundo histórico e do fundo cultural na sustentação da teoria econômica. Contestações doutrinárias surgidas no ambiente de CEPAL/ILPES, registradas em políticas no México, na Venezuela e no Equador, foram interrompidas e abandonadas².

¹ A hipótese de Estado incompleto, levantada por pensadores positivistas como Raimundo Faoro e Hélio Jaguaribe, secundada por economistas ortodoxos, oscila entre projetos bismarckianos de poder, tacitamente imperialistas, associados ao projeto norte-americano, não contempla a tensão interna entre a reprodução do Estado nacional e a absorção do corpo social. Implica na incorporação das rupturas etnoculturais e na reprodução de classes isoladas. O modelo econômico assumido pela ditadura brasileira implicou na consagração de uma sociedade de classes pré-industrial. Tal modelo foi absorvido pelo conservadorismo civil posterior em tentativa de socialização verticalizada que encontrou seus limites no liberalismo iniciado no governo Collor e racionalizado nos governos Cardoso.

² Refere-se a uma tentativa de criar um órgão internacional de estudos regionais e de planejamento no ambiente das Nações Unidas, na época apoiado pelos governos do México e do Brasil, interrompido pelos golpes de Estado da década de 1970.

A revisão de fundamentos é uma tarefa imperativa para tirar os estudos regionais do coisismo a que foram relegados pela análise neoclássica. Implica em rever fundamentos científicos e psíquicos e superar análises estáticas, assumindo a espaço-temporalidade como ingrediente essencial de uma dinâmica concreta dos países. Historicamente, a perspectiva regional precede a da formação dos Estados nacionais e responde por composições estruturais que se reproduzem em contraponto com as nacionais.

A ruptura conceitual revela-se ideológica porque toda a economia é ideológica, assim como os ditos Clássicos assumiram o capitalismo ascendente, como o marginalismo é a doutrina da representação do capital fabril assumido pelo Fordismo, como a teoria do desenvolvimento é a doutrina do reformismo burguês, quando assume a reação humanista ao mecanicismo positivista. Finalmente quando a teoria regional representa a pluralidade cultural soterrada pelos Estados nacionais representantes do capital centralista.

O reconhecimento do fundamento tribal da sociedade moderna em ebulição, que se reproduz como contraponto da plethora material, implica em compromissos de valorização humana que se impõem e não podem ser ignorados porque as pressões sociais reprimidas estão em ebulição aproveitando a crise do imperialismo, do mesmo modo como as guerras de independência aproveitaram os efeitos das guerras napoleônicas.

2 – A QUESTÃO DE MÉTODO

“Método é a estrutura do todo em sua universalidade”. G.W.F.Hegel

No campo regional há uma questão latente de método como em todos outros campos que não podem abstrair sua raiz universal. A questão de método surge da impossibilidade de tratar problemas históricos com uma abordagem empírico-analítica sem um mecanismo de atualização da base empírica. Por isso, o método regional é necessariamente histórico-genético. Implica em trabalhar com processos estruturantes sistematizantes, que se realizam em condições variáveis de incerteza, portanto, com horizontes móveis decrescentes. O espaço temporalidade acusa os efeitos insidiosos de alterações ambientais, junto com efeitos acumulativos da ação social. Destruição florestal é um processo exclusivamente humano, assim como extinção de espécies animais.

Os processos de método têm que tomar conta os efeitos progressivos da modernização, onde a relação entre produtores e usuários de alimentos foi sobreposta pela capilaridade de sistemas de comercialização. A questão genérica de método está condicionada pela situação concreta de subordinação, aos seus desdobramentos em alienação e aos diversos modos de pulsão por independência. A liberdade de escolha de método induz à liberdade substantiva das pessoas em condição específica de trabalhadores. Em suma. o método é uma variável endógena enquanto trabalho.

3 – A DINÂMICA INTER-REGIONAL

A formação territorial dos países de porte médio e grande gera conjuntos de regiões diferenciadas que desenvolvem relações condicionadas pela localização de sistemas de poder e por movimentos de capital e trabalho. As relações entre regiões variam nos seus diversos países pelo modo territorial de produção social desde situações de grande fluidez como no Brasil a regiões semi nacionais como na Espanha com traços específicos de originalidade.

A tendência geral à concentração do capital, indutora de oportunidades seletivas de ocupação, deriva tendências dos movimentos inter-regionais, ou seja, sem tendências de composição do mercado de trabalho registradas por empregos temporários. São dados indutores do modo socio-estrutural identificado como desenvolvimento. Assim, o modo como se desenvolvem relações inter-regionais é parte do subsolo prático sobre o qual se definem estilos específicos de desenvolvimento, isto é, combinando peculiaridades históricas com condições de mercado.

4 – UMA REVALIDAÇÃO DA REBELDIA

A questão regional reaparece no Brasil sob novas luzes, com a emergência de grupos marginalizados que implica em nova relação entre o corpo social e a sociedade, com recomposição de tradições e ideologias. Sob novas pulsões do projeto nacional apresenta-se uma revisão da relação entre território e fundo cultural. O modelo regional vigente, que ainda deriva do modo primário-exportador, de fato extrativista, enfrenta uma demanda societária cuja ideologia aponta à expansão do mercado interno. A pressão sobre o modelo territorial afeta as condições práticas dos setores produtivos que se revê como um modelo plural. Tornou-se impraticável um modelo baseado apenas em atualização da hegemonia interna.

A visão regional registra a totalidade do agir social, portanto, do corpo social e não só da sociedade organizada, porque a visão concreta da economia. Implica em reconhecer a presença grupos não integrados e paralelos de índios e de pobres em geral dispersos no território. Mulheres que fazem renda ou catam mariscos são parte da imensa produção extrativa que sustenta a população da parte inferior do sistema produtivo. O reconhecimento da real pluralidade social exige uma abordagem regional sobre um conceito de história profunda.

4.1 – UM LIBELO REBELDE

Este estudo representa uma dissidência teórico-ideológica representativa de uma corrente de pensamento reivindicativa da originalidade de experiências latino-americanas processadas como parte de lutas por superação de subdesenvolvimento. Recolhe criticamente experiências de outras partes do mundo em torno do objetivo essencial de valorização social, identificando semelhanças recorrentes. As experiências continentais americanas são regionais no que registram os fundamentos autóctones originais e as fusões das colonizações em conflito progressivo com as formas de imperialismo.

A recuperação de uma visão regional sistêmica registra a real pluralidade da formação social no contrapé da formação dos Estados nacionais. Países como México, Peru, Bolívia, Colômbia, Guatemala, que surgiram da sobreposição de civilizações contrastam com países como Brasil, surgido de povoamentos neolíticos. Para expor sua real universalidade se comparam com países como Estados Unidos e Canadá formado por projetos imperialistas ligando controle interno com ambições externas. Frente a revelação da história os estudos regionais precisam superar o mecanicismo herdado por uma genética da transformação. A ruptura conceitual se revela ideológica porque assume a reação humanista ao dogmatismo positivista³.

A espaço temporalidade da economia, isto é, sua historicidade concreta, foi ignorada pela economia positiva, de fato marginalista, arvorada em ortodoxa. A rota dessa economia positivista, dependente de seu duplo bloqueio constituído da incompatibilidade entre seu método empírico-analítico e sua base empírica invariante; e de sua separação da atualidade de seu significado histórico está registrada em sua incapacidade de reconhecer o ciclo do capital monopolista.

A perspectiva regional representativa da concretude espaço-temporal da produção social foi descartada pelo reducionismo marginalista da perspectiva burguesa da economia. A crítica de Marx, voltada para mecanismos operacionais do capital, gerou outro tipo de simplificação ao focalizar na centralidade do dinheiro capital, admitindo uma reprodução mecânica do capital realizada por meios técnicos⁴. Com isso, passou por alto os efeitos interativos da localização como fator inerente à imobilidade cultural subjacente na ideologia defensiva⁵

5 – OS TERMOS DO DISCURSO

Entre a primeira e a segunda metades do século XX houve uma ruptura do discurso teórico, que esteve entre se manter com a visão newtoniana ou registrou progressos das ciências físicas e da história e, finalmente, teve que registrar o significado da Física Quântica e da Psicanálise, mando um equilíbrio analítico. As ciências sociais aplicadas passaram a ter que registrar os progressos das ciências e da psicanálise, alguns deles já consolidados, outros em expansão. Tais progressos alteram a linguagem e a pertinência da análise. Afetam as noções de progresso e estagnação, de estabilidade e variância, principalmente afetam o conteúdo da análise. Tais mudanças mudaram a relação entre análises nacionais e internacionais.

A esfera regional é atingida por essas turbulências e supera momentos de estática como na teoria dos polos de crescimento. Não é subordinada da nacional, mas é parte essencial do processo formativo da esfera nacional e interage com os movimentos de consolidação e contradição nacionais. Os consequentes processos de identidade e de alienação se reproduzem constituindo desafios para uma análise social histórica. A interação entre o discurso e o processo social, responsável da

³ A ruptura regional corresponde à ruptura macroeconômica da ala progressista da corrente keynesiana, representada por Joan Robinson e Nicholas Kaldor, com a corrente neoclássica norte-americana representada por Robert Solow e Paul Samuelson, registrada em *Capital and growth (1967) editado por Harding*.

⁴ De fato, a análise de Marx subsume o componente imaterial (*Contribuições à crítica da economia política, Prefácio*) mas reduz o imaterial a condição de dependente (*Grundrisse, I*). A originalidade do imaterial foi registrada por Lenin (*A expansão do capitalismo na Rússia*) mas ignorada pelo marxismo dogmático.

⁵ Regional nesse sentido significava registrar as pluralidades soterradas por projetos nacionais centralistas tal como na Argentina, no Brasil, no México e na Colômbia. Os Estados nacionais criados em contraponto com a produção social da sociedade. Como se esses países não contivessem índios, como se suas regiões não tivessem origens em sistemas de grande propriedade derivadas de feudalismo.

legitimidade do discurso, foi desconsiderada no movimento essencial de legitimação da visão burguesa assumido pela sociologia positivista e pela economia marginalista⁶.

6. Processo cultural e fundo sistêmico

A decantação da atividade social de sobrevivência e de produção de riqueza deriva em modos e formas da cultura; e suas implicações tendem a uma ordem própria que aparece na linguagem e nos modos de organização, que é onde se revela a tendência sistematizante. O espaço da produção social é um campo de atividades convergentes e conflitivas que derivam em confrontos ajustes, determinantes de relações de classe, produtores de instituições reguladoras. A visão da realidade social como de um campo de movimento sistematizante, isto é, produtor de uma ordem, expõe a vocação científica por universalização de conhecimento. É a contraparte intelectual do humanismo. A tendência sistêmica é a uma ordem socialmente produzida, essencialmente profana. Surge de um esforço de organização do conhecimento além dos dados imediatos que distingue as sociedades inertes e as progressistas. O movimento em seu conjunto resulta em um fundo sistêmico que é o da ordem vigente com suas incertezas ou contradições.

6 – O FUNDO CULTURAL

O que se reconhece como fundo cultural é a acumulação de resíduos de experiências socialmente significativas que ganha algum tipo de organicidade e significado e novos modos de influência na produção social. É uma decantação de experiência em combinações de elementos materiais e ideológicos. Desse modo o fundo cultural de cada nação é incomparável; e segue uma trajetória que se ajusta com um rumo sujeito a pressões.

A noção de fundo cultural revelou-se essencial para tratar com as desigualdades entre regiões que mudam de composição. O fundo cultural demarca a reflexividade do mundo social em sua produção de nacionalidade. Por isso, tem um papel essencial na decodificação de sociedades derivadas da fusão de projetos regionais.

As regiões são espaços territoriais com densidade social específica dada por seu fundo cultural que é o resultado decantado de experiência socialmente incorporada. A densidade cultural que se acumula fornece uma personalidade que ultrapassa os modismos da alienação e geram a substância identitária. Alguns países contêm regiões que eternizaram e irradiam influência além da esfera nacional. As pesquisas empíricas captam apenas a superfície de processos que fundem experiências práticas e anímicas.

7 – FORMAÇÃO DOS SISTEMAS REGIONAIS

As regiões são lugares de realização de processos materiais e anímicos que se combinam formando sistemas, que se reproduzem sistemicamente com resultados progressivos, positivos e negativos, alterando seu território. Há uma inércia da progressão dos sistemas que é afetada pela conjuntura que é o fator externo. As possibilidades de mudança das regiões são alteradas pela relação entre mudança

⁶ A diferença entre o marginalismo austríaco, defensor do império insustentável, e o marginalismo inglês, defensor do império no auge, correspondem a diferentes versões de ignorância eletiva.

inercial e conjuntural configurando tendências em que as ações individuais são apenas um dado incidental.

O movimento orgânico da economia desinfla as pretensões auto suficientes dos capitais monopolistas, como Ford ou Krupp, ou os neoconservadores norte-americanos, que têm dificuldade em reconhecer que dependem do mercado que pensam controlar. Os movimentos dos impérios são elucidativos. O lento declínio do Império Britânico e a queda abrupta da Alemanha pós *III Reich* são parte de mega movimentos de mercado em que certas regiões, como a Borgonha, a Lombardia e a Catalunha demonstram mais resiliência que outras mais poderosas como a Califórnia. Assim, por prudência cabe distinguir prosperidade conjuntural de capacidade orgânica sustentada por fundo cultural. Estudos cíclicos aplicados dos processos seculares da civilização, como dos ciclos de Kondratieff, estudos seculares de Simon Kuznets, de John Hobson, indicam a necessidade de relativizar vantagens conjunturais. Os elementos estruturais dos sistemas detectados no marxismo crítico de Michal Kalecki agregam lenha à fogueira das teorias de umbrais de Boleslav Malisz e de Josef Pajestka.

No contexto de contradições progressivas do capitalismo a dinâmica de regiões pode representar alternativas das nacionais, por combinações de fundo cultural e qualificações. O fator humano assume formas técnicas e ideologiza a definição de rumos.

8 – O MODO REGIONAL DO SISTEMA PRODUTIVO

O processo de produção do sistema produtivo se realiza mediante combinações de dimensões setoriais, regionais e locais, em que todas elas implicam em força de trabalho e território, de modo explícito ou velado. A economia burguesa separou essas três dimensões, com uma macroeconomia abstrata, análises setoriais falsamente independentes e estudos setoriais coisificados. A perspectiva regional tem o território como elemento ativo e registra as variações entre formação de capital e qualificação do trabalho em seu impacto sobre território. O modo regional mudou radicalmente entre modos coloniais e do capital mercantil nos quais as regiões se organizam a partir de efeitos gravitacionais de centros de governo; e os modos de sociedades industrializadas, nas quais prevalecem atração financeira e de serviços, com efeitos generalizados de concentração de mercado.

A acumulação de efeitos díspares de localização, que aprofunda diferenças entre gerações de capital⁷ torna a malha regional uma caixa preta com mais incertezas que certezas, que transcende a esterilidade repetitiva das visões microeconômicas e administrativas. Nesse ponto as análises regionais precisam incorporar a abordagem intersetorial⁸ que reconhece efeitos de transversalidade que afetam taxas e rumos de crescimento. Descubrem-se, portanto, efeitos inesperados que contribuem para definir o modo regional como estocástico, sujeito a pressões crescentes de incontabilidade sistêmica.

O campo regional, constituído de regiões de diferentes dimensões e complexidade, portanto, com propensões dinâmicas desiguais, constitui o componente que liga variações de crescimento com variações de instabilidade e consagra a instabilidade como característica da desigualdade moderna. Diferentes

⁷ A noção de gerações de capital tem um significado especial para os países compradores de tecnologia, para os quais as sucessivas camadas de tecnologia são descontínuas. A voga de tratar os movimentos de tecnologia como de inovação só tem sentido para os produtores de tecnologia nos quais a renovação é um fluxo contínuo.

⁸ Hollis Chenery & Robert Clark, *Intersectoral analysis*. Stanford. 1959.

condições de instabilidade derivam alterações persistentes do quadro internacional no qual há deslocamentos de posições relativas associadas a usos de insumos estratégicos, tal como aconteceu com usos de matérias primas nucleares e de minerais especiais⁹.

9 – A MONTAGEM PLURISSETORIAL DAS REGIÕES

Políticas regionais sempre partem de problemas sociais relegados pela economia que derivam em condições variantes de capital e de trabalho e condições invariantes de território, pelo que têm um componente de estabilidade que não é parte das políticas setoriais. Mas têm que ser públicas porque envolvem composições setoriais que contrastam com interesses privados. Há uma questão de racionalidade a ser resolvida como em qualquer planejamento e as experiências latino-americanas são unânimes em mostrar que os conflitos de interesse obstruem mudanças na relação entre infraestrutura e superestrutura que condiciona as composições setoriais.

O exemplo principal, que se repete nos países líderes e nos liderados, é a relação entre gastos de manutenção, que geralmente não são considerados como investimento, mas que delimitam as margens de manobra para novos investimentos, e novos investimentos, quando a manutenção é necessária, mas bloqueia mudanças de modelo produtivo. Os gastos de manutenção de sistemas produtivos aumentam de modo exponencial nas economias que mudam de padrões tecnológicos, mas de modo especial nas economias importadoras de tecnologia. A independência tecnológica tornou-se a diferença para reverter tendências ao subdesenvolvimento. As políticas regionais não escapam do determinismo estratégico que se reafirma perante o liberalismo.

10 – MAPAS REGIONAIS DE MOBILIDADE DE CAPITAL E TRABALHO

A composição de regiões em países de porte médio e grande, inclusive de alguns países de pequeno porte, inclui diferenças consolidadas irradiadas na esfera econômica e na cultural. O critério de tamanho, considerado em projetos de investimento, tem outras raízes no fundo cultural, onde países como a Suíça e o Equador contrastam com países como a Mongólia e o Canadá. Diversidade cultural e pluralidade econômica têm fundamentos naturais e nos modos de povoamento, alterados por fluxos migratórios.

Mapas regionais de mobilidade são um artefato do planejamento regional que ligam tendências inerciais do sistema de trabalho com tendências do efeito emprego da reprodução do capital. Parte de observações básicas sobre a operacionalidade da relação capital/trabalho.

A função produção macroestrutural permite situar as posições relativas das regiões no contexto nacional, por isso, estabelecer o significado estrutural das taxas de crescimento. Esse tipo de análise, que foi praticado em projetos de planejamento regional no México e no Equador, liga as variações de população ativa das regiões, a partir de excedentes rurais de trabalho¹⁰, frente a emprego industrial em

⁹ Sempre houve dependência de insumos estratégicos. Na antiguidade foram madeiras de lei e estanho. Hoje continuam as madeiras, entrou o urânio e agora o nióbio.

¹⁰ Dados de desemprego urbano do último quarto de século obrigam a incluir efeitos de retorno de mão de obra urbana para pequenas cidades e povoados, definindo uma variante a ser examinada.

infraestrutura e em serviços que acobertam o subemprego urbano. O objetivo é avaliar a relação entre a oferta de trabalhadores e de postos de trabalho frente a necessidades de investimentos em manutenção.

Os mapas regionais de mobilidade equivalem às curvas de indiferença propostas por John Hicks¹¹, que deram um alento à microeconomia, transpostas para o ambiente de dinâmica inercial do sistema de regiões. É uma manobra analítica que rompe com a visão estática, necessária para o Brasil, cuja pluralidade regional nunca foi sequer avaliada e na qual o retrocesso do planejamento regional espelha o desastre do planejamento em geral¹².

11 – TEORIAS E ANÁLISE

Sob a tensão decorrente do contraste entre teorias da economia de concorrência aberta à monopolização do mercado, a economia precisa de um ajuste entre estruturas conceituais e modos de análise efetivamente significativos. É a conversão de estruturas teóricas fechadas como grandes teoremas – Jean Say, J.S.Mill – em fluxos teóricos, como passo necessário para conversão de corpos explicativos em modos de análise. Nesse movimento precisa resgatar conceitos aplicáveis às condições sociais concretas prevalentes. Essa brecha que foi registrada por Jacques Monod¹³ se aplica de modo radical ao campo social que muda incoercivelmente. Para fechar essa brecha a economia precisa estabelecer conceitos pertinentes a situações históricas concretas.

Como a teoria social trata de situações historicamente concretas, que constituem conjuntos insubstituíveis, precisa partir da noção de totalidade progressiva e da produção social de sistemas sociais concretos, compostos de capital concreto, trabalho concreto e território específico.

O conceito de sistema refere-se a conjuntos insubstituíveis, como as bacias hidrográficas, que constituem totalidades progressivas com regimes de ganhos e perdas, constituídos de capitais concretos de trabalho concreto e de recursos definidos. Situar esses conceitos em territórios específicos, passando da genética histórica da racionalidade à história territorializada.

Esse é o passo que os estudos regionais são compelidos a dar. Implica em atingir a capacidade interpretativa da teoria, superando ou rejeitando as teorias descritivas como inadequadas.

12 – A PARALISIA DA TEORIA

Hoje é possível considerar a hipótese que a paralisia da teoria econômica, advinda do colapso conceitual da teoria marginalista, deveu-se à invariância de suas referências empíricas, em contraste com a mundialização do mercado e condições específicas de mobilidade do capital e do trabalho. A insistência em negar Marx, que implicou em desconhecer as experiências de metade do mundo, reduziu a teoria ortodoxa à mesma imobilidade cultural que caracterizou a chamada escola austríaca e reduziu a norte-americana a pequenas partes de seu território. Por extensão,

¹¹ John Hicks, *Valor y capital*. México. Fondo de Cultura Económica. 1956.

¹² É revelador que o Ministério de Planejamento no Brasil não planeja a economia nacional, elabora um orçamento definido pelo Ministério da Fazenda que representa a visão tributarista lusitana e impõe o curto prazo como regra geral dominante.

¹³ Jacques Monod, *Acaso e necessidade* (1967).

funcionou como imobilizadora do pensamento periférico, especialmente do latino-americano.

O pensamento teórico do bloco ocidental ficou imobilizado pela autolimitação da burguesia que escolheu modos e formas de repetição, desde a literatura até a sociologia e a filosofia: desde Marcel Proust a Max Weber, a Talcott Parsons a Raymond Boudon. Freud fez a psicanálise da burguesia que descobriu seus pés de barro. A paralisia chegou à teoria recorrente de Say, J.S. Mill, Jevons. A teoria econômica da burguesia assumiu seu papel como a teoria econômica inepta dada a impossibilidade de usar pressupostos invariantes, estáticos, para tratar com a reprodução irregular da desigualdade¹⁴. Esse viés conceitual, de fato ideológico, invalida as políticas econômicas abstratas, relativizando propostas como as de Ian Tinbergen, Ragnar Frisch e até de Oskar Lange. Essa paralisia, de que é responsável o neoliberalismo, deixou um rastro de inoperância que extinguiu políticas setoriais. Nesse ambiente de dissidência as políticas regionais precisam reconstruir seus próprios alicerces.

13 – Teorias interpretativas e análises aplicadas

A legitimidade da análise aplicada está em jogo por sua consistência material e por sua pertinência com sua capacidade interpretativa. A crítica da análise se torna uma necessidade da teoria quando ela enfrenta novos tipos de problemas. Mas os métodos de avaliação empírico-analíticos só podem avaliar a consistência lógico-formal que é a que aparece nos modelos. A brecha entre a consistência formal e a material não está prevista nem na lógica formal, em Johnson, nem em Stebbing nem em Strawson. Tampouco a crítica lógica de Kant chega perto desse problema. A dialética marxista ignora esse problema por considerá-lo irrelevante. Mas o problema permanece como uma restrição das economias dependentes de tecnologia.

As noções de totalidade progressiva e de sistemas sociais concretos estão no pensamento social desde o século XVIII com Condillac e Hegel, como sistemas de exploração desde o século XIX com Marx. A separação entre teorias interpretativas, potencialmente revolucionárias, e teorias descritivas, tacitamente conservadoras, se revelaram plenamente na separação entre as correntes marginalistas e as históricas, e no confronto com o dogmatismo nos campos burgueses e nos marxistas.

A necessidade de fundamentos pertinentes à espaço-temporalidade e à espaço-culturalidade no campo regional tornou-se essencial na atualização da teoria que enfrenta desafios reveladores da complexidade técnica e de processos culturais em combinações intempestivas.

CONCLUSÕES PROVISÓRIAS

A questão regional está em crise profunda no mundo ocidental em geral, incitada pelo desastre do sistema mundializado centralizado na Europa, atingido por restrições práticas como de usos insustentáveis de energia e escassez de alimentos básicos. A crise regional tem origens comuns com as crises nacionais de diversos países, mas tem uma originalidade dada pela dinâmica territorial, em que contrastam destruição ambiental em países como o Canadá e o Brasil, com recuperação em países africanos, árabes e na China.

¹⁴ Essa contradição entre análise estática e problemas dinâmicos foi reconhecida por John Hicks em seu *Capital and growth* (1965) quando admitiu que uma economia dinâmica teria que reconstruir a teoria da demanda e que a economia microeconômica estática não tem condições de enfrentar ambientes dinâmicos.

A perspectiva regional precisa superar a visão geográfica do problema que separa a dinâmica física da social; e desenvolver uma visão própria que carrega o fundo cultural e o ideológico. A noção de fundo cultural tornou-se essencial para registrar a originalidade das sociedades. A abordagem regional é da história viva em que se combinam as experiências em modos operacionais com a reflexividade da história socialmente reconhecida.

Tais situações, inseparáveis de deficiências dos sistemas de comercialização monopolizados, que correspondem a situações de mercados paralelos não integrados ao sistema geral, condicionam os sistemas de demanda. Uma das principais peculiaridades do Brasil é a grande extensão e a reprodução paralela de grupos que se reproduzem de modo paralelo e não integrados ao sistema geral do capital. Essa reprodução social híbrida continua sendo um desafio para a análise econômica regional, onde a economia convencional não tem contribuição alguma para dar. A mutação da demanda é um dado essencial do capitalismo monopolista que inibe os processos de mercado e preserva desigualdades especialmente profundas e irreversíveis nos países periféricos.

A rigor, há uma crise mundial de demanda livre, quando a demanda em geral precisa de racionalidade estrutural que só pode ter por planejamento público efetivamente independente. Questões específicas, tais como de perdas e desperdício em cadeias produtivas, bem como de obsolescência induzida, situam os movimentos de privatização como falsificações quando o Estado nacional está impregnado de visões privatistas e o capital privado se reproduz por meio de contratos públicos. A economia privada depende do crescimento da esfera pública e os processos de mercado refletem a predominância da demanda pública. Há uma questão profunda a ser enfrentada, qual seja, de esclarecimento das interações das dinâmicas das esferas pública e privada em sua territorialidade. A territorialização das políticas de educação e saúde torna-se um componente de um padrão de estabilidade essencial para o Brasil.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. *Du contenu en Hegel*. Paris: PUF, 1947.

BOULDING, K. *A reconstruction of economics*. New York: Praeger, 1954.

COHEN, M. *Preface to logic*. New York, 1974.

CHENERY, H. *Structural change and development policy*. Washington: World Bank, 1979.

HICKS, J. *Capital and growth*. Oxford: Oxford Press, 1965.

KOLAKOWSKI, L. *Las principales corrientes del marxismo 3 vols*. Madrid: Alianza Universidad, 1985.

MÉSZAROS, I. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2007.

NEEDLEMAN, L. (ed). *Regional analysis*. Londres: Penguin, 1971

PAJESTKA, J.; FEINSTEIN, C. *La pertinência de las teorías económicas. México. FCE, 1983.*

PEDRÃO, F. C. A dinâmica do subdesenvolvimento e a tensão hídrica na Bahia. *Informe GEPEC*, v. 24, n. 1, p. 151–161, 2020. DOI: 10.48075/igepec.v24i1.23762.

PEDRÃO, F. C. A questão agrária e o capital monopolista. *Informe GEPEC*, v. 26, n. 1, p. 11–22, 2022. DOI: 10.48075/igepec.v26i1.27579.

PEDRÃO, F. C. *Critérios para o planejamento regional*. Salvador. Planejamento. volume 5, 1977.

PEDRÃO, F. C. *Las desigualdades regionales en el desarrollo económico*. Mexico: El Trimestre Económico, 1964.

PEDRÃO, F. C. Sistemas Regionais (in) Sustentáveis. *Informe GEPEC*, v. 15, n. 2, p. 6–17, 2011. DOI: 10.48075/igepec.v15i2.5292.

PEDRÃO, F. C.. *Uma introdução à pobreza das nações*. Petrópolis: Vozes, 1991.

PEDRÃO, F. C.; STANZICK K. (ed). *Planificación regional y urbana en América Latina*. Mexico : Siglo XXI, 1974.

SARTRE, J-P. *Critique de la raison dialectique*. Paris: NRF, 1960.

SHACKLE, G. *Origens da economia contemporânea*. São Paulo: Hucitec, 1991.

STEBBING, I. S. *Introduction to modern logic*. Oxford: Oxford Press, 1964.

AUTOR

Fernando Cardoso Pedrão. Livre Docente. Foi Professor no Programa de Pós-graduação em Análise Regional da UNIFACS. E-mail: fernandocpedrao@gmail.com

Recebido em 30/06/2022.

Aceito em 20/12/2022.